



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Cidade Folclore**



**PROJETO DE LEI Nº 38, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023.**

*“Dispõe sobre a autorização de celebração de convênio entre a Câmara Municipal e a Prefeitura de Santo Antônio da Alegria.”*

A Câmara Municipal de Santo Antônio da Alegria propõe o seguinte projeto de lei:

**Artigo 1º** A Câmara Municipal de Santo Antônio da Alegria poderá receber por cedência ou ceder temporariamente servidores, com ou sem ônus, para o exercício de Comissão Processante em Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância, em outro órgão municipal.

**Parágrafo Único** O servidor cedido não poderá exercer no órgão cessionário, atribuições estranhas à natureza de seu emprego e complexidade de suas atribuições, sob pena de cancelamento imediato da cessão ou indeferimento liminar do pedido.

**Artigo 2º** A cessão se dará mediante convênio entre as esferas de governo interessadas.

**§1º** A cessão não implicará na ruptura do vínculo do servidor e nem a perda do cargo correspondente a função para o qual foi investido originariamente e se encontra efetivado, bem como, serão garantidos todos direitos inerentes à sua carreira, remuneração, contagem do tempo de serviço e demais vantagens.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Cidade Folclore**



**Artigo 3º** O servidor cedido continuará auferindo sua remuneração pela pessoa jurídica responsável por sua admissão, havendo o subsequente reembolso pecuniário por parte do órgão cessionário.

**§1º** O controle de ponto e frequência ficará sob o encargo do órgão cessionário;

**§2º** O órgão cessionário deverá informar o registro de ponto do servidor cedido até o dia 20 (vinte) de cada mês, remetendo a secretaria a qual o servidor estiver vinculado originariamente, a qual vistar e encaminhará ao departamento de recursos humanos do órgão cedente.

**Artigo 4º** Para os fins desta Lei considera-se:

I - Solicitação: ato devidamente justificado e por escrito, emitido pelo órgão cessionário, requerendo a cessão de servidor, sem alteração da lotação no órgão de origem e sem prejuízo da remuneração ou salário permanente, inclusive encargos sociais, abono pecuniário, gratificação natalina, férias, adicionais e demais vantagens inerentes da carreira;

II - Cessão: ato autorizativo expedido pelo Prefeito ou Mesa da Câmara, deferindo a solicitação do órgão cessionário e determinando ao Departamento de Recursos Humanos que proceda as anotações e providências necessárias;

III - Reembolso: restituição ao órgão cedente das parcelas da remuneração ou salário, de natureza permanente, inclusive encargos sociais, abono pecuniário, gratificação natalina, férias, adicionais e demais vantagens inerentes à carreira referente ao emprego no órgão de origem e as devidas diferenças salariais se houver;

IV - Órgão Cedente: pessoa jurídica de direito público (Administração Direta do Município), na qual se encontra investido e lotado originariamente o servidor;

V - Órgão Cessionário: pessoa jurídica de direito público, bem como o Poder Legislativo local, onde o servidor irá exercer suas atividades.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Cidade Folelore**



**Artigo 5º** A cessão disposta nesta Lei terá caráter excepcional, para o atendimento de situações transitórias, prorrogável desde que devidamente justificada a ampliação do período.

**Parágrafo único** A cessão não será utilizada para a substituição permanente de servidor estável, vedadas as práticas que burlem o Concurso Público ou outras previsões constitucionais.

**Artigo 6º** O pedido de cessão e sua análise obedecerão aos seguintes critérios:

I - Quando ocorrer no âmbito do Poder Executivo serão autorizados pelo Prefeito Municipal;

II – Quando ocorrer no âmbito do Poder Legislativo serão autorizados pela Mesa da Câmara Municipal;

III - O ônus dos encargos será do órgão cessionário;

IV - O valor a ser reembolsado será apresentado mensalmente pelo cessionário ao cedente, discriminado por parcela remuneratória e servidor, a fim de que o reembolso seja efetuado no mês subsequente;

V - O descumprimento do inciso anterior implicará no término da cessão, devendo o servidor cedido apresentar-se ao seu órgão de origem a partir da notificação pessoal expedida pelo órgão cedente;

VI - Do pedido até a decisão do órgão cedente observar-se-á o prazo conclusivo de 20 (vinte) dias, que ficará sobrestado quando pendente de algum esclarecimento do cessionário, devidamente intimado, até sua resposta, voltando a correr pelo prazo remanescente.

**Artigo 7º** As despesas provenientes da execução desta Lei serão suportadas pelas dotações orçamentárias vigentes, suplementadas se necessário.





**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Cidade Folclore**



**Artigo 8º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santo Antônio da Alegria, 10 de novembro de 2023.

*Atilio Donizeti Prata Vieira*  
**Atilio Donizeti Prata Vieira**  
**Vereador Presidente**



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Cidade Folclore**



---

**Justificativa**

A proposta legislativa em questão busca fundamentar, do ponto de vista jurídico, a viabilidade e pertinência da cessão de funcionários da Prefeitura para a Câmara Municipal. Os argumentos a seguir visam embasar a iniciativa, considerando princípios legais e normativas aplicáveis:

- Interesse Público e Eficiência Administrativa:

O projeto de lei pode ser justificado com base no princípio da supremacia do interesse público. Ao otimizar a utilização de recursos humanos já disponíveis na administração pública municipal, a proposta visa aprimorar a eficiência administrativa, assegurando a continuidade dos serviços prestados pela Câmara Municipal.

- Compatibilidade de Funções e Descentralização Administrativa:

A legislação brasileira reconhece a descentralização administrativa como um meio de melhor distribuir as responsabilidades entre os entes federativos. A cessão de funcionários da Prefeitura para a Câmara pode ser justificada com base na compatibilidade de funções, contribuindo para uma atuação mais efetiva e especializada.

- Princípio da Colaboração e Integração dos Poderes:

O projeto encontra respaldo no princípio da colaboração entre os poderes, promovendo uma integração mais eficaz entre Executivo e Legislativo locais. A transferência temporária de servidores pode fortalecer a interação entre esses poderes, fomentando uma gestão mais harmônica e eficiente.

- Legislação Municipal e Instrumentos Jurídicos:

A proposta pode ser respaldada por dispositivos legais específicos do município, que regulem a cessão de servidores entre órgãos municipais. Além disso, a utilização de termos de cooperação ou convênios específicos pode formalizar a parceria, estabelecendo as condições e responsabilidades das partes envolvidas.

- Economia de Recursos Públicos:

Ao compartilhar recursos humanos entre órgãos municipais, o projeto pode ser justificado como uma medida que contribui para a economia de recursos públicos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Cidade Folclore**



Isso é coerente com o princípio da eficiência na administração pública, assegurando a utilização otimizada do quadro de servidores disponíveis.

- Fomento à Capacitação e Intercâmbio Profissional:

A proposta pode ser fundamentada no estímulo à capacitação e ao intercâmbio profissional. A transferência temporária de servidores entre órgãos propicia a ampliação de conhecimentos e experiências, enriquecendo a atuação dos funcionários e fortalecendo a prestação de serviços à comunidade.

Ao articular esses argumentos, o projeto de lei busca estabelecer uma base jurídica sólida e coerente para a cessão de funcionários da Prefeitura para a Câmara Municipal, considerando princípios constitucionais e normativas específicas que regem a administração pública.